

Segurança hídrica e perdas de água

 **JERSON
KELMAN**

Imagine um avião seguro, equipado com o que há de mais moderno, enfrentando fortíssima turbulência, que causa apreensão até mesmo na experimentada tripulação. Os passageiros sentem medo e inevitável desconforto. Depois de algumas horas, o avião poussa são e salvo. Porém a angustiante experiência deixa sequelas. Muitos se assustarão em futuras turbulências, mesmo que menos intensas e dentro de aeronaves ainda mais seguras. Um pequeno defeito – por exemplo, no botão de chamada do comissário de bordo – poderá ser erroneamente percebido como uma indicação de ameaça à segurança.

Situação análoga tem ocorrido com parte da população e com os formadores de opinião após a crise hídrica. Recente editorial do **Estado** (*A espera da nova crise*, 6/2/2016, A3) aponta que, por causa das perdas de água da Sabesp, “provavelmente São Paulo terá de enfrentar novas crises hídricas, mesmo tendo água de sobra”.

É importante dizer claramente que saímos da crise hídrica não apenas porque São Pedro mandou fartas chuvas em janeiro deste ano, mas também, e principalmente, porque grande parte da população reduziu o consumo e a Sabesp realizou e está realizando importantes obras. Obras que só se materializam porque o governo do Estado sistematicamente decide, na qualidade de acionista controlador da Sabesp, reaplicar o lucro de cada ano, dentro do limite legal, em investimentos no ano seguinte. Graças à conjugação desses fatores, a população não perceberá nenhum “solavanco” caso se repita uma seca tão intensa quanto a que se verificou em 2014-2015.

Assim como o defeito de chamada do comissário não representa risco para a segurança da aeronave, as perdas de água da Sabesp não representam risco para a segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. Representam, isso sim, um problema de natureza econômica que a Sabesp tem todo o interesse em resolver.

Como corretamente aponta o editorial, é altamente desejável que se substituam as tubulações antigas. Em geral elas vazam, necessitam de frequentes

reparos e, se inteiramente depreciadas, nada rendem para os acionistas. Só na Região Metropolitana há 5,7 mil quilômetros (15,8% do total) de tubulações com mais de 50 anos, cuja substituição custaria mais de R\$ 5 bilhões. E são os principais vilões dos vazamentos, que fazem o percentual de perdas físicas nas redes da Sabesp ser de 20,9%. Não é pequeno, mas está na mesma faixa de Roma, Londres, Hong Kong, Chicago e Oslo.

Só que nessas cidades desenvolvidas praticamente não existe um segundo vilão para as perdas: furtos, fraudes e erros de medição. Como temos esse problema por aqui, mais 10,8% da água produzida é consumida, mas não é faturada – vira perda. Ou seja, alguém bebe essa água e provavelmente deixa a torneira aberta, causando desperdício, já que não paga por isso. Prejudica você, leitor, e diminui a capacidade de investimentos da Sabesp.

Embora alto, o índice de 31,7% de perdas totais ainda é 7,3% menor do que a média das empresas do País (39%). Não significa que a Sabesp esteja satisfeita com a atual situação. Como observado no editorial, “é razoável esperar que esse problema seja enfrentado sem mais demora”. É o que está sendo feito. As perdas totais caíram de 41% em 2004 para 31,8%

Problema de natureza econômica que a Sabesp tem todo o interesse em resolver

em 2016 (taxa média anual de 0,77%). É claro que desejamos acelerar o processo.

A solução é teoricamente simples: trocar tubulações e hidrômetros (para diminuir os erros de medição), combater os furtos e fraudes e limitar a pressão de água nas redes ao estritamente necessário (os vazamentos aumentam com a pressão). Só que não existe tanto dinheiro disponível.

A Sabesp investiu, em 2014 e 2015, mais de R\$ 6,6 bilhões em todos os seus programas (cerca de 25% do investimento em saneamento no País), o que inclui o aumento da produção de água para enfrentar a crise hídrica e a coleta e tratamento de esgotos. Desse total, cerca de R\$ 1 bilhão foi usado no com-

bate às perdas. Dado o contínuo envelhecimento das tubulações, se o investimento tivesse sido inferior, a perda percentual teria aumentado, e não ficado estacionária.

Se aqueles R\$ 6,6 bilhões tivessem sido gastos apenas em redução de perdas, não teria sido possível aumentar a segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo e ampliar a coleta e o tratamento de esgotos. Mesmo que se decidisse dar prioridade ao combate às perdas sobre todas as demais necessidades da população, seria impossível substituir de uma só vez as tubulações antigas, muitas localizadas no centro de São Paulo. Resultaria num tremendo caos urbano.

A Sabesp não recebe recursos a fundo perdido do governo e, como o Brasil, não pode gastar de forma sustentável mais do que arrecada. Todavia tem a obrigação de fazer melhor. Aumentar a produtividade é uma tarefa permanente. Significa fazer mais com menos. Para isso temos a sorte de contar com a colaboração tanto técnica quanto financeira da Jica, entidade de fomento do Japão que nos ajuda a conduzir ambicioso programa de troca de tubulações e de hidrômetros, além da execução de varredura de fraudes com o uso de equipamentos de ponta.

Adicionalmente, a Sabesp passou a utilizar uma nova forma de contratação de empresas que atuam no combate às perdas. Em vez de pagar por serviço executado, como é a praxe, a Sabesp paga pelo resultado alcançado. Na forma de contratação tradicional, os interesses do contratante e da contratada frequentemente estão opostos, porque a empreiteira ganha proporcionalmente ao custo do empreendimento. Significa intervenções caras e não necessariamente eficientes. Na nova forma de contratar, os interesses se alinham porque a empreiteira só ganha se as perdas efetivamente diminuírem.

Há que valorizar a inovação e a perseverança. E ter humildade para entender que não é possível resolver o problema num estalar de dedos.

 **PRESIDENTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP)**